



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB/CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH
CURSO DE LETRAS**

JÉSSICA LAIZA DA SILVA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS DO ENSINO
PUBLICO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2022

JÉSSICA LAÍZA DA SILVA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS DO ENSINO
PUBLICO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades (CCHA/ CAMPUS IV) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Letras.

Orientador: Rômulo César Araújo Lima

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Jessica Laiza da.

Os desafios da educação inclusiva para alunos do ensino público em tempos de pandemia. [manuscrito] / Jessica Laiza da Silva. - 2022.

28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2022.

"Orientação : Prof. Me. Rômulo César Araújo Lima ,
Coordenação do Curso de Letras - CCHA."

1. Educação inclusiva. 2. Docência. 3. Prática pedagógica.
4. Docência. 5. COVID. I. Título

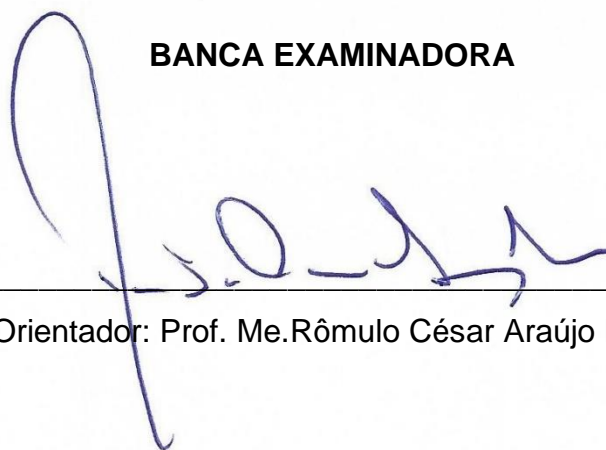
21. ed. CDD 371.92

JÉSSICA LAIZA DA SILVA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS DO ENSINO
PUBLICO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Aprovada em 18/07/2022.

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Me. Rômulo César Araújo Lima



Examinador: Profa. Ma. Ana Paula Lima Carneiro



Examinador: Prof. Dr. Evandro Franklin de Mesquita

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2022

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, por me dar força diante das dificuldades. A minha mãe e a minha avó que sempre me ajudaram durante toda minha jornada. Aos meus irmãos João Victor e Welliton Júnior (in memoriam) que sempre foi motivo de inspiração para conquistar meus sonhos.

Ao Campus IV, onde passei vários anos, desde o ensino médio até a graduação. Aos meus professores, pela paciência e dedicação.

Ao professor Rômulo César de Araújo Lima pela orientação, pela paciência e pela disponibilidade, o seu auxílio foi essencial.

A todos os meus amigos, em especial Caique, Ana Patrícia, Maria Vitória, Orlando, Danilo, Luane e lane, por todo cuidado e suporte.

O sentimento é de Gratidão.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a situação da educação especial pública no contexto da pandemia da COVID-19. Com a propagação alastrante da doença, uma das primeiras medidas de distanciamento social foi a suspensão das aulas presenciais o que levou as escolas a migrarem para o ensino remoto. Nesse estudo objetiva-se discutir acerca da realidade dos alunos com necessidades especiais de escola pública, identificando as principais dificuldades encontradas nesse processo e apresentando as metodologias desenvolvidas pelos profissionais da educação para superá-las. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de Casagrande (2009), Unglaub e Lopes (2021), Rodriguez et al (2021) e entre outros teóricos que ajudam a compreender a importância de discutir e implementar políticas eficazes de educação inclusiva em todos os ambientes de ensino seja ele virtual ou presencial. Desta forma podemos compreender a importância da adoção de políticas públicas que garantam os direitos dos alunos com necessidades especiais bem como o papel da escola e da família no processo de ensino aprendizagem.

Palavras-Chave: Educação inclusiva. Docência. COVID. Prática pedagógica.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the situation of public special education in the context of the pandemic of COVID-19. With the spreading spread of the disease, one of the first measures of social distancing was the suspension of face-to-face classes, which led schools to migrate to remote education. This study aims to discuss the reality of students with special needs in public schools, identifying the main difficulties encountered in this process and presenting the methodologies developed by education professionals to overcome them. The research is based on the concepts of Casagrande (2009), Unglaub and Lopes (2021), Rodriguez et al (2021) and among other theorists that help to understand the importance of discussing and implementing effective policies for inclusive education in all educational environments, whether virtual or face-to-face. In this way we can understand the importance of adopting public policies that guarantee the rights of students with special needs as well as the role of the school and family in the teaching and learning process.

Keywords: Inclusive education. teaching. COVID. pedagogical practice

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. Educação Inclusiva: Conceitos e contextos.....	11
2.1. A educação inclusiva no Brasil.....	13
3. Educação Inclusiva vs. Pandemia.....	16
4. Dificuldades enfrentadas e Metodologias propostas de ensino inclusivo durante a pandemia.....	20
5. Considerações finais.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

No final de 2019 a população mundial foi pega de surpresa pela propagação e o impacto causado pelo vírus SARS-CoV2, por consequência disso, novas medidas sanitárias tiveram que ser adotadas, dentre elas o distanciamento social. A maioria das atividades presenciais, incluindo as escolares foram suspensas ou adaptadas para o ambiente online, segundo dados da UNESCO (2020), em março de 2020, mais de 1.5 bilhões de crianças, adolescentes e universitários de 165 países estavam sem aulas tornando a situação bem delicada.

Os estudantes tiveram que se adaptar a uma rotina de aulas remotas, realizando de casa as atividades propostas pela escola. Além disso, o ensino remoto requer uma total atenção e suporte familiar visto que o aluno participa das aulas de casa, porém nem sempre a família estava preparada para essa situação, ou possuía recursos tecnológicos necessários para aulas on-line.

Os professores tiveram que ressignificar suas práticas docentes e implementar novas metodologias que se adaptassem e funcionassem na realidade de cada aluno. Mas quais seriam os desafios e obstáculos encontrados por esses professores, mais precisamente os do ensino público, para a inclusão de alunos com necessidades especiais no contexto da pandemia e quais os métodos utilizados nesses casos?

Partindo disso, esse trabalho tem como objetivo discutir acerca da realidade dos alunos com necessidades especiais de escola pública, identificando as principais consequências no desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos e apresentando as principais metodologias encontradas para solucionar os problemas encontrados durante o ensino remoto.

Inicialmente será feita uma breve contextualização sobre a educação inclusiva, as políticas que regem e a situação que se encontra no Brasil. Em seguida faremos uma análise sobre a educação inclusiva em contextos pandêmicos. No capítulo seguinte apresentam-se os problemas enfrentados por professores e alunos nesses contextos, além das metodologias utilizadas para diminuir a falta de acesso e garantir um ensino de qualidade para todos.

Diante disso podemos compreender melhor a importância de políticas eficazes que atentem desde a formação de professores até a distribuição de recursos,

dessa maneira, esse trabalho busca contribuir com algumas propostas e práticas que podem ser adotadas pelos docentes durante o ensino remoto com o intuito de garantir o aprendizado dos alunos bem como sua permanência nas instituições educacionais.

2. Educação Inclusiva: Conceitos e contextos

A política da educação inclusiva se constitui a partir de processos delineados na história da educação especial. Segundo Beyer (2003) "há aproximadamente quatro décadas que as ideias integradoras, consubstanciadas no pensamento da não-segregação das pessoas com deficiência no ambiente escolar vêm inspirando uma série de propostas e ações em vários países do mundo".

Segundo Lourenço (s/d) no Brasil o termo "educação inclusiva" pode ser utilizado como sinônimo de "educação especial", embora tenham implicações paradigmáticas. A educação inclusiva, por ser mais ampla, engloba a educação especial, "na medida em que propõe a construção de um modelo de escola que seja capaz de acolher e educar todas as pessoas, independentemente de qualquer característica pessoal ou social que elas apresentem" (LOURENÇO, s/d, p. 5).

A primeira Conferência Mundial sobre educação inclusiva ocorreu na Tailândia em 1990. Elaborando a Declaração Mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, os participantes reafirmam o direito de todos à educação traçando objetivos que satisfaçam as necessidades básicas de cada pessoa, universalizando assim, a educação. (UNESCO, 1990, apud LOURENÇO, s/d)

- * Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de cada pessoa.

- * Universalizar a educação básica, assegurando o acesso de crianças, jovens e adultos a ela.

- * Reduzir massivamente o analfabetismo até 2015.

- * Melhorar a qualidade da educação básica e torná-la equitativa, oferecendo a crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade na aprendizagem.

- * Garantir a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo.

- * Garantir que não sofram nenhum tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais os grupos excluídos: os pobres, os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e das zonas rurais, os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas,

raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; os povos submetidos a um regime de ocupação. (UNESCO, 1990)

Posteriormente, em 1991, ocorre a Conferência Geral da UNESCO, a qual decide convocar uma comissão internacional objetivando a reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem no século XXI, transformando o relatório das atividades desenvolvidas em "referência mundial tanto para a definição de políticas públicas em educação pelos governos, quanto para agências financiadoras planejarem suas propostas de ajuda financeira aos países em desenvolvimento" (ABENHAIM, 2005 apud LOURENÇO, s/d).

Outro marco importante na história da educação inclusiva foi a Conferência Mundial de Educação Especial, na cidade de Salamanca, na Espanha, na qual foi elaborada a Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais

* Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ter a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.

* Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

* Devem ser designados sistemas educacionais, e implementados programas educacionais no sentido de levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

* Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança e capaz de satisfazer a tais necessidades.

* Escolas regulares que possuam orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Unesco, 1994, p. 1).

Além disso, a Declaração de Salamanca propõe que:

* As escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

* As escolas devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.

* O princípio fundamental da escola inclusiva é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter (UNESCO,1994, p. 4).

Destarte, compreendemos que as propostas educacionais devem ser consideradas para todos os indivíduos, sendo elas voltadas ao desenvolvimento pleno do ser humano. Segundo Lourenço (2016)

No contexto internacional, muitas mudanças aconteceram, muitos investimentos foram feitos para universalizar o acesso à educação fundamental, muito tem sido investido para o aumento do número de pessoas matriculadas nas escolas. No entanto, as metas propostas para o ano 2000 não foram alcançadas, e o ano 2015 foi estabelecido como novo prazo para a diminuição massiva do analfabetismo, para o acesso de todas as crianças à educação primária e a obtenção/a conquista/o alcance da igualdade de gênero na educação. (2016, p. 27)

Diante do exposto, compreendemos que a educação é um aspecto fundamental para a vida dos seres humanos, portanto, assim como o governo deve cumprir com as propostas educacionais para garantir o acesso e permanência dos alunos nas redes de ensino, os professores e as instituições escolares devem atentar-se às mudanças contextuais e ressignificar as práticas de ensino para que todos tenham acesso de qualidade.

2.1. A educação inclusiva no Brasil

No Brasil a educação inclusiva passa por um grande processo para sua real efetivação. Em 1961 foi proclamada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que buscava a garantia dos direitos ao acesso a educação regular para pessoas com deficiências. (CASAGRANDE, 2009).

Porém nos anos 1970 ocorrem retrocessos no que se refere a educação especial e inclusiva. Nesse período é promulgada a Lei nº 5692/71 que determina que os alunos com deficiência deveriam ter tratamentos especiais. Em 1973 é fundado o CENESP – Centro Nacional de Educação Especial com o objetivo de integrar os alunos que acompanhassem o ritmo de estudos no ensino regular e os que não conseguissem ingressariam na educação especial. (CASAGRANDE, 2009)

A educação inclusiva emerge em relevância a partir dos anos 80, com a divulgação de dados sobre a evasão, a repetência e o fracasso escolar, bem como das reivindicações das organizações sociais e das associações de pessoas com necessidades especiais. Em 1988 a Constituição Federal incorpora o acesso igualitário nas escolas, na qual o Estado deve fornecer atendimento especializado, de preferência no ensino regular, incorporando os ideais da educação para todos e para que as políticas educacionais do País sofressem profundas modificações" (LIMA, 2006 apud LOURENÇO, s/d).

Já a partir da década de 90 as propostas pela educação inclusiva se ampliaram, tendo iniciativas também da sociedade civil e do Estado, cumprindo com os compromissos da agenda educacional elaborada pela UNESCO. EM 1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 que definia que “as redes de ensino deveriam assegurar currículo, métodos, recursos e organizações para atender as necessidades dos educandos” (RIBOLI, 2010, p. 108).

Posteriormente em 1999 o decreto nº 3298 é efetivado e aponta que as políticas para a integração das pessoas com deficiência em acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a sociedade civil devem assegurar a plena integração das pessoas com deficiência, estabelecendo mecanismos e recursos que assegurem o pleno exercício dos direitos básicos que propiciem o bem-estar econômico e social dessas pessoas. (BRASIL, 1999)

Já nos anos 2000, novas mudanças nas políticas de inclusão ocorrem. Em 2001 é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece 28 objetivos e metas para a educação de pessoas portadoras de deficiência, bem como é efetivada uma nova resolução para instituir Diretrizes Nacionais para a educação especial no ensino básico, a partir de um novo decreto promulgado na Convenção Guatemala, que prezava pela eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiências. (CASAGRANDE, 2009).

Em 2002 a “Resolução do Conselho Nacional de Educação nº1/2002, define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade, contemplando conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com deficiências.” (CASAGRANDE, 2009). Bem como nesse ano também é reconhecida a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão. Porém, só em 2005, com o decreto nº 5.626/05 que a LIBRAS é incluída na grade curricular como uma disciplina, bem como define que o profissional, professor, instrutor ou intérprete, deve ter formação adequada e certificada. (CASAGRANDE, 2009)

Em 2005, com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, são organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino. (BRASIL, 2007, p. 4)

Em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que foi promulgado a partir da publicação do Decreto nº 6.094/07 que estabelecia as diretrizes de compromisso de todos pela educação, garantindo o acesso e a permanência no ensino regular bem como o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. Tinham como eixos

a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. (BRASIL, 2007, p. 5).

De fato, as políticas públicas que prezam a educação inclusiva para todos vêm sendo assumidas e alinhadas com o contexto histórico, político, social e econômico vivenciados em determinados momentos

Em suma, a consagração dos direitos e garantias fundamentais surge como forma de proteção à dignidade da pessoa, estabelecendo-se como norma de direito fundamental, positivada na legislação constitucional brasileira, tornando-se uma garantia específica. [...] Com a Constituição Federal de 1988, a difusão da Declaração de Salamanca (UNESCO) e a Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial e a Resolução CNE/CEB Nº 2 de 2001, houve em nosso país um grande avanço em relação à legislação, a recomendações e diretrizes que asseguram os direitos sociais, à inclusão das pessoas com deficiência na escola, no trabalho e na sociedade. (RIBOLI, 2010, p. 113)

Destarte, entendemos que qualquer tipo de ação que viole quaisquer desses direitos estará diretamente ligado com a ofensa a dignidade de uma pessoa, no que se refere ao âmbito educacional, vê-se que muito progrediu as políticas de inclusão nos contextos educacionais e principalmente no ensino básico e regular, conforme foi demonstrado anteriormente. Diante disso, e considerando novamente que as políticas educacionais mudam de acordo com o contexto que é vivido, entenderemos a realidade que nos acomoda atualmente, partindo de um contexto educacional fragilizado pela crise sanitária do Corona Vírus (Covid-19) e pela educação em ensino remoto.

3. Educação Inclusiva vs. Pandemia

Com a educação inclusiva em pauta, a inserção e inclusão de alunos com deficiências em escolas regulares vêm crescendo e sendo respaldada pelas leis e diretrizes das políticas educacionais.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta os sistemas de ensino a darem respostas adequadas às necessidades dos alunos com deficiência. A inclusão escolar pressupõe que não só o acesso, mas a permanência, a participação e a aprendizagem dos educandos sejam garantidas. A proposta da educação inclusiva não se restringe apenas

aos alunos, mas constitui-se como a forma de pensar e agir da escola de maneira a garantir os suportes necessários para o processo de ensino-aprendizagem de todos. (REDIG, et. al., 2021, p. 2)

A educação e escolarização de alunos com deficiências é um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, assim, os professores e profissionais da área educacional prezam pelo atendimento das demandas políticas de educação inclusiva. Com a crise sanitária recorrente do surto da COVID-19 o contexto escolar se altera e novas metodologias devem ser adaptadas para melhor usufruto do alunado com necessidades especiais. (REDIG, et. al., 2021).

No que tange a educação especial e inclusiva, a Resolução nº 4/2009 indica que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) devem atuar em conjunto com os professores do ensino comum. (BRASIL, 2009). Diante disso e perante o contexto social vivenciado nos últimos anos, a educação especial passa por adaptações com o intuito de melhorar as metodologias e conseqüentemente os processos de ensino-aprendizagem. (QUEIROZ, 2021). Assim, para que a aprendizagem do alunado seja significativa, durante o ensino remoto, é necessário que haja engajamento entre a escola e as famílias.

O processo de ensino e aprendizagem deve ser desenvolvido aos estudantes por meio das orientações e mediação dos professores especialistas da AEE, professores do ensino regular e coordenação pedagógica, com o apoio das famílias em suas residências. A escola, com o apoio das famílias e/ou responsáveis, necessita desenvolver a mediação com de modo singular, atingindo a todos os estudantes, uma vez que cada um possui suas individualidades. (SILVA, MAIO, 2021)

Mesmo com leis e diretrizes que garantem o acesso e amparo necessário a alunos com deficiências no ensino regular, a realidade ainda se mostra diferente, muitas instituições de ensino, principalmente as instituições públicas, apresentam dificuldades em manter as condições de acessibilidade para alunos deficientes, principalmente por ter condições e limitações financeiras para a reparação da infraestrutura e compra de equipamentos. (SEGALA, MISSIO, 2021).

Nos últimos anos, mais precisamente a partir do ano de 2020 o mundo passou a enfrentar muitos desafios, tendo em vista a pandemia causada pelo COVID-19. A partir de então os governos, juntamente com a organização Mundial de Saúde (OMS) decretam estado de emergência e adotam medidas de proteção para a população em geral com o intuito de conter a propagação da doença.

De acordo com relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) a COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV2, surgiu na cidade de Wuhan, na Província de Huvei (China) em dezembro de 2019 e atingiu em 11 de março de 2020 o status de Pandemia (WHO SR-1 e WHO-SR51, 2020). Com o objetivo de diminuir o contágio já que um número grande de infectados e com sintomas graves poderá acarretar uma sobrecarga no Sistema de Saúde, vários países incluindo o Brasil adotaram medidas restritivas de convívio social ou medidas de distanciamento e isolamento social. (NUNES, DUTRA, 2020, p.3)

Diante dos problemas enfrentados, com as autoridades governamentais adotando medidas para contenção da doença, o contexto educacional também se altera. Com as medidas de distanciamento social sugeridas pela OMS, as instituições educacionais são fechadas e as aulas presenciais são suspensas. Perante essa nova realidade, a comunidade acadêmica e da formação de professores levanta novos questionamentos referentes as práticas pedagógicas que poderiam ser abordadas para melhor eficácia dos processos de ensino-aprendizagem de forma remota. (UNGLAUB, LOPES, 2021)

Com as escolas fechadas e com as aulas suspensas devido às medidas de distanciamento social para a sessão da contaminação pelo vírus do Covid-19 desde o início de 2020, os professores e gestores, bem como o governo, tiveram que repensar a organização curricular, bem como a adaptar as aulas para o ensino remoto, com o intuito de atender as demandas atuais. "A atividade profissional docente teve que se modificar na migração para o ensino remoto, com o desenvolvimento de habilidades específicas para criação de conteúdos, edições de vídeo e orientações claras para o estudo." (FERREIRA, BARBOSA, 2020, apud REDIG, et. al., 2021)

No que tange a esfera de ensino público inclusivo, faltam ainda, melhorias que garantam a acessibilidade para alunos com deficiência. Durante o período de ensino

remoto, as necessidades que antes se relacionavam a infraestrutura escolar passam agora para segundo plano, e novas metodologias e práticas educacionais, bem como o acesso às tecnologias necessárias para o ensino entram em pauta, com o intuito de garantir o acesso à educação e a permanência de alunos com deficiências nas escolas (SEGALA, MISSIO, 2021).

Segundo Unglaub e Lopes (2021, 25)

[...] para que o educando se sinta motivado a expor seus questionamentos com a finalidade de tornar sua aprendizagem significativa, é fundamental que o ambiente on-line esteja bem organizado, com ferramentas operacionais especificadas e com regras definidas para serem seguidas.

Porém, diante dessa nova realidade de ensino em meio a tempos de isolamento social, muitos professores passaram por dificuldades no que diz respeito às plataformas digitais e as metodologias que poderiam ser utilizadas de forma mais eficaz para a aprendizagem do alunado. Machiavelli e Cavalcante (2020) discorrem que

Mais do que inserir as tecnologias no dia a dia, diversos gestores e professores estão precisando aprender ou aprofundar seus conhecimentos sobre o bom uso pedagógico desses recursos. Nesse sentido, estratégias têm sido implementadas a fim de dar suporte a esses docentes de modo que se sintam mais confortáveis a seguir com suas atividades de modo remoto. (MACHIARELLI e CAVALCANTE, 2020, p. 17)

Segundo as afirmações de Sousa, Moreira (2014), Unglaub e Lopes (2021) discorrem que não há, ainda, uma gama de estudos sistemáticos sobre os padrões de questionamentos no ambiente virtual, porém esses mesmos autores afirmam que o ambiente virtual facilita a aprendizagem uma vez que “o ambiente on-line pode ser mais propício ao questionamento do que o ambiente presencial, possivelmente pela maior liberdade de expressão e pela ausência de exposição direta ao outro.” (SOUSA, MOREIRA, 2014 *apud* UNGLAIB, LOPES, 2021, p. 81)

Em contrapartida, diante das propostas de ensino adotadas perante a pandemia, muitos professores foram desafiados a utilizar meios de comunicação que antes não faziam parte de seus cotidianos, usando de forma instrumental “reduzindo as metodologias e as práticas a um ensino apenas transmissivo” (MOREIRA, et. al., 2020, *apud*. UNGLAUB, LOPES, 2021, p. 82) e como consequência do ensino remoto os alunos passam a estudar com os recursos disponíveis e as aulas passam a ser transmitidas pelas plataformas digitais e mídias sociais, bem como as famílias

precisam auxiliar seus filhos nas atividades escolares para garantirem a realização das tarefas.

Assim, os alunos que têm acesso limitado aos aparelhos tecnológicos para o acesso às aulas, bem como os familiares que não têm a preparação adequada para o desenvolvimento das atividades com os alunos, além do despreparo do profissional no que tange a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis no contexto atual utilizados, passam a acarretar dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. (TEXEIRA, et. al., 2021)

4. Dificuldades enfrentadas e Metodologias propostas de ensino inclusivo durante a pandemia.

Com o mundo assolado pela pandemia do Covid-19 e em isolamento social, o contexto educacional teve que se ressignificar para garantir o aprendizado e a permanência dos alunos nas escolas. Diante disso entendemos a necessidade de repensar as utilidades das tecnologias no âmbito escolar e como elas podem auxiliar nos processos de aprendizagem, além de propor algumas metodologias de ensino que podem ser adotadas para facilitar os processos de aprendizagem garantindo que todos os alunos, incluindo alunos que possuem alguma deficiência, permaneçam no sistema educacional.

O progresso tecnológico foi interpretado de várias maneiras ao longo da história, assim, no âmbito educacional, os aparelhos e aplicativos tecnológicos passaram por períodos de divergências. Embora todo sistema educacional tenha utilizado das tecnologias, elas nem sempre se referem ao uso de aparelhos, máquinas ou ferramentas. As tecnologias na educação têm um espectro amplo e multifacetado que perpassa tanto os conceitos e práticas docentes no que diz respeito aos métodos educacionais, quanto à utilização de aparelhos tecnológicos, como projetor, mimeógrafos, lápis, etc. (LACERDA, 2001).

Entretanto, mesmo com a tecnologia presente no cenário social de diversas formas, a escola ainda se mantém conservadora no que diz respeito a utilização dessas novas modalidades de ensino.

[...] no plano da legislação alguns estados brasileiros, seguindo a iniciativa de alguns municípios, chegaram a sancionar leis proibindo o uso de aparelhos celulares nas escolas, foi o caso, por exemplo, de

Minas Gerais (Lei nº 14.486/2002), São Paulo (Lei nº 12.730/2007), Amazonas (Lei Ordinária nº3198/2007), Rio Grande do Sul (Lei nº 12.884/2008), Santa Catarina (Lei nº 14.363/2008), Distrito Federal (Lei nº 4.131/2008), entre outros. (RODRIGUES, OTA, 2021, p. 14-15)

Para Bueno (1999) a tecnologia é um processo contínuo que busca sempre a melhoria de vida para os seres humanos. Segundo Thomé (2021) podemos classificar as tecnologias em três grupos, as tecnologias físicas, ou seja, os objetos funcionais – canetas, telefones, computadores, etc., as tecnologias organizadoras sendo “as formas de como nos relacionamos com o mundo, como os diversos sistemas produtivos estão organizados” (p. 34) e as tecnologias simbólicas que se relacionam com as formas de comunicação entre as pessoas.

Como dito anteriormente, as tecnologias são desenvolvidas visando melhorias para os indivíduos, assim, em todos os âmbitos da sociedade temos tecnologias presentes. À exemplo disso, temos as tecnologias de informação e comunicação que abrangem desde as tecnologias portáteis, ou seja, “instrumentos de apresentação visual e sonora e a microinformática” (SOARES, s/d, *apud* BRITO, FILHO, 2009, p. 14) até as tecnologias mais antigas como a televisão, o jornal, as revistas, entre outros. Outra tecnologia que temos acesso é a digital, que é ligada diretamente ao uso da internet e com a velocidade que ocorrem as mudanças “em nossos relacionamentos, no trabalho, no lazer, nos cuidados com a saúde, nas comunicações”. (THOMÉ, 2021).

No âmbito educacional temos as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) que se conceituam como “um conjunto de recursos não humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação, organizados num sistema capaz de executar um conjunto de tarefas.” (SANTOS, PEQUENO, 2011, *apud* THOMÉ, 2021) além do uso das tecnologias simbólicas em consonância com a tecnologia supracitada. Assim, para proporcionar conhecimento aos alunos, as tecnologias educacionais utilizam “desde a exposição oral/dialogada ao uso do computador e dispositivos que estão ligados ao mundo do conhecimento”. (BRITO, SIMONIAN, 2016, *apud* THOMÉ, 2021).

Diante do exposto pretendemos, agora, nos voltar à prática docente que, em consonância com a utilização das tecnologias educacionais disponíveis, podem

auxiliar nos processos de ensino-aprendizagem no contexto do ensino remoto, facilitando a permanência dos alunos no sistema educacional de forma inclusiva.

Tendo em vista que o sistema educacional durante a pandemia teve que modificar as grades curriculares, bem como os meios de comunicação e interação para o ensino remoto, é necessário refletir em como a cultura digital pode ser benéfica no processo de ensino-aprendizagem, precisa-se portanto, considerar que “a cultura digital no contexto escolar precisa analisar as necessidades reais dos alunos e as transformações que ocorrem a todo momento no cenário econômico, político e social.” (COUTO; FERRAZ; PINTO, 2017 *apud* RODRIGUEZ, et. al., 2021).

As tecnologias digitais, uma vez utilizadas nos processos educacionais, devem ser adotadas de forma assertiva nas propostas pedagógicas da instituição, ou seja, é preciso esclarecer a intenção pedagógica em primazia da utilização dos recursos digitais, considerando-os como ferramentas, que em consonância da mediação pedagógica “possibilitam a reflexão, a autonomia, a construção crítica, criativa e colaborativa.” (RODRIGUEZ, et. al., 2021, p. 186). Quando falamos sobre considerar os recursos tecnológicos como ferramentas no processo de ensino, entendemos essa utilização não apenas como mero uso dos meios digitais para a realização das aulas, mas sim com total aproveitamento que essas tecnologias possibilitam o trabalho eficaz do docente. (RODRIGUEZ, et. al., 2021, p. 186).

Durante o ensino remoto as metodologias e práticas pedagógicas precisaram ser ressignificadas, assim, o currículo escolar teve que inserir o uso das tecnologias digitais, tanto pelo novo contexto social vivenciado quanto pela necessidade de continuar com o processo de ensino-aprendizagem durante o período de pandemia. Segundo Rodriguez (2021, p. 187) “o uso das tecnologias é uma necessidade que precisa ser refletida, pois, estas auxiliam no uso das metodologias ativas que corroboram com o aprendizado por meio de experiências diversas”.

Apresentamos adiante algumas propostas de metodologias que podem ser implementadas pelos docentes com o intuito de manter o aprendizado, tanto do próprio professor, no que tange as novas tecnologias e ferramentas digitais à sua disposição para que faça bom uso, bem como do alunado, facilitando assim a inclusão e permanência de alunos com deficiência nas instituições escolares, uma vez que “na perspectiva de utilizar a internet como instrumento essencial à educação, os professores protagonizam o papel primordial de mediadores entre os alunos e as TIC,

pois são estes que irão promover a mediação remota de seus alunos com as tecnologias através da *internet*.” (ZUZA, et. al., 2021, p. 227)

Em relação a organização curricular e o planejamento das aulas, é necessário que o professor observe alguns pontos necessários para que o aprendizado seja efetivo. Suza (2021) apresenta esses fatores como

- (a) descrever as estratégias a serem desenvolvidas semanalmente, incluindo o processo das principais atividades;
- (b) selecionar dos recursos didáticos digitais mais adequados, tendo sempre em mente às competências a serem desenvolvidas nos estudantes;
- (c) definir um cronograma de atividades;
- (d) configurar o ambiente virtual por etapas ou tópicos, definindo o período para o desenvolvimento de cada atividade, selecionando os recursos para a sua execução, com sessões síncronas e assíncronas e com momentos para a avaliação.

No que se refere a relação professor-aluno, é entendido que os professores devem utilizar de metodologias ativas que instiguem o gosto pelo conhecimento e pela continuidade dos alunos nas instituições educacionais, ara isso, é importante que a comunicação entre os docentes e discentes seja ativa e recorrente. “De modo, que venha a contribuir para a construção de uma verdadeira comunidade virtual de aprendizagem na qual os alunos se sintam conectados e instigados, de forma que a presença dos professores e dos seus pares seja sentida” (MOREIRA; et. al., 2020 *apud* SUZA, 2021, p. 230).

Em uma pesquisa recente foi investigado o uso da internet e das tecnologias digitais, em uma escola localizada na Bahia, durante a pandemia. Levando os resultados em consideração, observamos algumas dificuldades no que tange o uso dos meios digitais em aula. O estudo demonstrou que as plataformas digitais mais utilizadas foram as redes sociais, como o *whatsapp* e o *facebook*, além das plataformas para as reuniões síncronas, como o *google meet*, o *zoom*, e o Edmondo, por exemplo. (ZUZA, et. al. 2021).

Zuza (2021) apresenta também em seus resultados que, cerca de 53% dos professores envolvidos na pesquisa afirmam ter dificuldades com o uso das ferramentas digitais disponíveis para uso, preferindo manter o contato através de plataformas de comunicação em tempo real, como o *whatsapp*, no qual os alunos tem o contato direto com o professor e seus colegas, através dos grupos, e pode assim tirar suas dúvidas, mesmo continuando com o uso das plataformas de reunião síncrona com as turmas por meio do *googlemeet*, e principalmente o Edmondo, para ministrar as aulas e os conteúdos programados.

O que afirmamos, a partir dos dados expostos com a pesquisa supracitada, é que os docentes ainda encontram dificuldades em relação a utilização das ferramentas digitais. Com isso, é fundamental que o professor busque sempre formações para desenvolver melhor a prática docente, se alinhando ao contexto social em que está inserido, utilizando dos meios tecnológicos que têm disponível para fazer melhor uso e facilitando assim em seus processos de ensino nas instituições escolares. (ANDRES, 1995 *apud* ZUZA, 2021).

A Educação Especial e Inclusiva, diante da pandemia, precisou de ações específicas para garantir o ensino para alunos com deficiência. Porém nenhuma medida foi adotada pelo Governo para promove-la até meados de julho de 2020. (CAVALCANTE, JÍMENEZ, 2020). Diante dos entraves no processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino remoto, ficava a cargo das instituições educacionais tomar as providências cabíveis para o acesso dessas pessoas ao ensino de forma eficaz.

A escola deve considerar em suas ações as diferentes situações que envolvem esse processo de inclusão, além de ser necessário considerar as necessidades educativas dos alunos com deficiência e oferecer metodologias diversificadas para promoção da aprendizagem principalmente para que não haja perdas futuras no aprendizado. (CAVALCANTE, JÍMENEZ, 2020, p. 5).

Para garantia do aprendizado de pessoas com deficiência é fundamental que os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) participem ativamente tanto do planejamento quanto das mediações em conjunto com os professores do ensino regular. (MENDES, 2020, *apud* CAVALCANTE, JÍMENEZ, 2020). É necessário

também que as instituições de ensino criem ações inclusivas de acesso e permanência desses alunos durante o período de ensino remoto, levando em consideração as condições social, econômica e também emocional, tanto dos alunos quanto de suas famílias. (CAVALCANTE, JÍMENEZ, 2020)

É importante considerar os diversos formatos metodológicos para que o aluno com deficiência aprenda de forma significativa. Segundo Perreenoud (2013) “diferenciar é otimizar as situações de aprendizagem e, prioritariamente, aquelas que a escola propõe aos alunos que estão mais distantes dos objetivos ou que têm mais dificuldade para aprender”.

Destarte, conclui-se que a educação de alunos com deficiência deve ocorrer de forma significativa, diante do ensino remoto é necessário que as instituições educacionais, bem como os profissionais do ensino regular e do ensino educacional especializado hajam em conjunto dos seus alunos e de suas famílias, considerando os contextos em que estão inseridos e promovendo ações que facilitem a aprendizagem e a permanência desses alunos no ensino regular. É fundamental também que as instituições e os profissionais busquem as metodologias que melhor se adaptem ao seu contexto, fazendo uso dos recursos tecnológicos e digitais que têm disponíveis para facilitar os processos de ensino. Além disso, é importante salientar a necessidade de um posicionamento por parte do Governo, o qual deve definir propostas que incluam o ensino de alunos com deficiência no novo contexto de ensino remoto.

5. Considerações finais

A pesquisa norteou-se nos estudos de Unglaub e Lopes (2021), Rodriguez (2021) e Casagrande (2009) entre outros teóricos que falam da educação inclusiva e os desafios encontrados pelos professores e alunos em meio a pandemia e o ensino remoto.

Discutimos a maneira como a educação teve de se ressignificar fazendo com que as práticas pedagógicas fossem reelaboradas, além da implementação de tecnologias digitais pouco utilizadas antes em ambiente escolar. Plataformas de reunião como *google meet*, *zoom* e entre outros passam a ser os ambientes escolares para os alunos bem como as ferramentas de ensino para o professor.

É necessário, além da adoção de políticas públicas que garantam os direitos dos alunos com necessidades especiais, que as instituições de ensino trabalhem em conjunto com a família desses alunos para que o ensino ocorra de maneira efetiva para estes indivíduos.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Rev. Centro de Educação, ed. 2003, n. 22, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5003/3032>>.

Acessado em: 03 de maio de 2022.

BRASIL . Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009.

_____. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acessado em: 03 de maio de 2022.

_____, Ministério da Educação e da Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007.

BRITO, G. S.; FILHO, P. N. **Produzindo textos com “velhas” e “novas” Tecnologias**. Curitiba: Pró Infanti Editora, 2009.

BRITO, G. S.; SIMONIAN, M. Conceitos de Tecnologias e Currículo: em busca de uma Integração Conceitual. In: HAGEMeyer, R. C. C; SÁ, R. A.; GABARDO, C. V. (Orgs.). **Diálogos Epistemológicos e Culturais**. Curitiba: W.A Editores, 2016. p. 181-204.

BUENO, N. L. **O desafio da formação do educador para o ensino fundamental no contexto da educação tecnológica**. Dissertação de Mestrado, PPGTE - CEFET-PR, Curitiba, 1999.

CASAGRANDE, F. **A legislação educacional que trata da inclusão.** 2009. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1723/a-legislacao-educacional-que-trata-da-inclusao>>. Acessado em: 03 de maio de 2022.

CAVALCANTE, M. S. A., JIMÉNEZ, L. O., **Educação Inclusiva em tempos de pandemia.** (artigo) VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU, Maceió, 2020. Disponível em: <<https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Educacao-Inclusiva-em-tempos-de-pandemia.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

LACERDA, A. C. **A história da tecnologia na educação: do quadro de giz à realidade virtual.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

LOURENÇO, E. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva.** Brasil: Autêntica Editora, 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Conceitos_e_pr%C3%A1ticas_para_refletir_sobr/K72cDAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1> Acessado em: de maio de 2022.

MACHIAVELLI, J. L., CAVALCANTE, P. S. **Formação Docente Continuada Baseada em Cursos Abertos Massivos Online (MOOCs): Experiência da Universidade Federal de Pernambuco durante a Pandemia pelo Coronavírus.** V Congresso sobre Tecnologias na Educação (Ctrl+E), João Pessoa, 2020.

NUNES, R. C. A.; DUTRA, C. M. **Remote teaching for Specialized Educational Assistance students.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e64291110060, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.10060. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10060>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PERRENOUD, P. **Desenvolver competências ou ensinar saberes?: a escola que prepara para a vida.** Penso Editora, 2013.

QUEIROZ, F. M. M. G., MELO, M. H. S., **Atuação dos professores de Atendimento Educacional Especializado junto aos estudantes com deficiência durante a pandemia do COVID-19.** Rev. Educação Especial, 2021.

REGID, A. G., VIMERCATI, C. C. C., OLIVEIRA, D. A. R. F., BARRETO, M. S. C., CONCEIÇÃO, M. T., COELHO, V. C. **Formação Continuada Docente em**

EaD em Tempos de Pandemia: Contribuições para a prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva. Revista Científica em Educação a Distância: EaD em Foco., v. 10, n. 3, e1230, 2021.

RIBOLI, C., RIBOLI, C. J. P. **Direito à Educação Inclusiva no Brasil.** Rev. Ciências Humanas. v. 11, n. 17, p. 101-122, 2010.

RODRIGUES, A. F., NEVES, D. T., PADILHA, F. P. G., CASTRO, S. F. O papel dos educadores frente às dificuldades de aprendizagem - uma reflexão da prática. in. TEIXEIRA, C. T., FREITAS, C. N., VESTENA, N. P. (orgs). **Caleidoscópio da educação especial: reflexões sobre políticas, práticas e teorias.** 1. ed., Santa Maria: Arco Editores, 2021, p. 42-53.

RODRIGUEZ, J. D. M., DOMINGUES, R. M., NEVES, C. C., GENTILE, F. R., MASMO, P. L. A utilização de recursos digitais nos diferentes níveis e modalidades de ensino. in. OTA, Giovanna Sayuri Garbelini, RODRIGUES, Gilson Santos (orgs). **Tecnologia e Educação: Aproximações, possibilidades e reflexões.** Diadema, Editora V&V, 2021, p. 184-199

SEGALA, F., MISSIO, M. M., Acessibilidade nas escolas públicas brasileiras: revisão narrativa. in. TEIXEIRA, C. T., FREITAS, C. N., VESTENA, N. P. (orgs). **Caleidoscópio da educação especial: reflexões sobre políticas, práticas e teorias.** 1. ed., Santa Maria: Arco Editores, 2021, p. 73-81.

SILVA, G. P., MAIO, E. R., **Educação Inclusiva no Ensino Remoto: Fortalecendo o vínculo escola e família.** Rev. Diálogos e Perspectivas em Educação Especial (online), 2021, v. 8, n. 1, p. 41-54.

TEIXEIRA, C. T., FREITAS, C. N., VESTENA, N. P. Reflexões sobre a educação inclusiva em tempos de pandemia. in. TEIXEIRA, C. T., FREITAS, C. N., VESTENA, N. P. (orgs). **Caleidoscópio da educação especial: reflexões sobre políticas, práticas e teorias.** 1. ed., Santa Maria: Arco Editores, 2021, p. 9-25.

THOMÉ, F. A. Da Tecnologia à Pedagogia dos multiletramentos: em busca de uma integração conceitual. in. OTA, Giovanna Sayuri Garbelini, RODRIGUES, Gilson Santos (orgs). **Tecnologia e Educação: Aproximações, possibilidades e reflexões.** Diadema, Editora V&V, 2021, p. 25-42.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** 10 de Junho de 1994. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acessado em: 03 de maio de 2022.

UNGLAUB, T. R. R., LOPES, B. S. **Ensino remoto e a formação de professores: questionamentos para a reorganização pedagógica na pandemia. II Congresso Nacional e I Internacional de Supervisão: Políticas e Práticas.** Indagatio Didactica, v. 13(4), 2021.

ZUZA, C. R. S., SILVA, A. B., SOUZA, J. C.. Educação e Pandemia: estratégias de enfrentamento. in. OTA, Giovanna Sayuri Garbelini, RODRIGUES, Gilson Santos (orgs). **Tecnologia e Educação: Aproximações, possibilidades e reflexões.** Diadema, Editora V&V, 2021, p. 225-241.